



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.323

DE 17 DE MARÇO DE 2009.

“Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Convênio com APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cajamar, para o fim que especifica, e dá outras providências”

DANIEL FERREIRA DA FONSECA, Prefeito do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a **celebrar Convênio** com a **APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cajamar**, entidade civil, inscrita no CNPJ sob o nº 52.351.814/0001-74, situada na rua Manoel Antônio Gomes, nº 377, Distrito de Jordanésia, cidade de Cajamar, São Paulo, objetivando a mútua cooperação para desenvolvimento dos programas assistenciais, em especial a execução do Projeto denominado “UM ATO DE AMOR”.

Art. 2º. A minuta do convênio que segue, fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente, suplementada se necessário, alocada no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Cajamar, 17 de março de 2009.

DANIEL FERREIRA DA FONSECA
Prefeito Municipal

MICHEL FONSECA DA SILVA
Diretora Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Conferida, numerada e datada neste Departamento, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica do Município de Cajamar, mediante afixação no local de costume, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e nove.

Luciana Maria Coelho de Jesus Stella
Chefe do Departamento Técnico Legislativo



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.323/09- fls. 02

MINUTA DE CONVÊNIO Nº _____

Termo de Convênio que entre si celebram a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR e a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAJAMAR, objetivando a mútua cooperação para desenvolvimento dos programas assistenciais, em especial a execução do Projeto denominado “UM ATO DE AMOR”

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, com sede à Praça José Rodrigues do Nascimento, nº 30, Centro, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.523.023/0001-81, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **DANIEL FERREIRA DA FONSECA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R.G. nº 22.801.067-6 e do Cadastro de Pessoa Física nº 166.524.158-60, doravante designada simplesmente **PREFEITURA**, e de outro lado a **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAJAMAR**, entidade civil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.351.814/0001-74, situada na rua Manoel Antônio Gomes, nº 377, Distrito de Jordanésia, cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu presidente Sr. **LUIZ OSVALTER TOMAZIN**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R.G. nº 5.301.942-8 SSP/SP e do Cadastro de Pessoa Física nº 091.521.138-68, residente à rua Charqueada, nº 02, Distrito do Polvilho, Cajamar, Estado de São Paulo, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**, celebram o presente **CONVÊNIO** que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com o objetivo de desenvolver os programas assistenciais à população local em situação de vulnerabilidade social, em especial a execução do Projeto denominado “UM ATO DE AMOR”.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o desenvolvimento pelos partícipes de atividades destinadas à prestação de serviços assistenciais de natureza continuada que visem à melhoria de vida da população local, e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, e observados os princípios, objetivos e diretrizes da LOAS, do Estatuto da Criança e do Adolescente e na conformidade da Política Municipal de Assistência Social e do Plano de Trabalho, bem como, a execução de projetos voltados ao atendimento da criança e do adolescente, em especial o Projeto denominado “UM ATO DE AMOR”.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.323/09-fls. 03

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

São obrigações da **PREFEITURA**:

- I- Transferir à **ENTIDADE** recursos financeiros consignados na cláusula quarta do presente convênio, mediante repasse mensais, conforme o previsto no Plano de Trabalho;
- II- Apoiar, assessorar, fiscalizar e participar da implantação e do desenvolvimento do Plano de Trabalho em parceria com a **ENTIDADE**, inclusive indicar parâmetros técnicos e requisitos mínimos para a execução das atividades objeto deste convênio;
- III- Supervisionar, acompanhar e proceder periodicamente qualitativa e quantitativamente as atividades destinadas à **ENTIDADE** em decorrência deste convênio, propondo a qualquer tempo reformulações que entender cabíveis;
- IV- Assinalar prazo para que a **ENTIDADE** adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste convênio, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros;
- V- Receber mensalmente o comprovante das parcelas do recurso repassado para a **ENTIDADE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

São obrigações da **ENTIDADE**:

- I- executar as ações a que se refere a Cláusula Primeira, a quem delas necessitar, na conformidade do Plano de Trabalho e de projetos voltados à Criança e ao Adolescente, de acordo com o presente pacto;
- II- zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas em parceria com a **PREFEITURA**;
- III- assegurar à **PREFEITURA**, através de equipe técnica, as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão e avaliação do desenvolvimento da execução das atividades, objeto deste convênio, adequando-se aos parâmetros e requisitos mínimos exigidos;
- IV- manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste Convênio;



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.323/09-fls. 04

- V- viabilizar o acesso às pessoas usuárias dos serviços oferecidos e ao conteúdo da proposta de trabalho, garantindo qualidade a quem dele se beneficiar;
- VI- apresentar, mensalmente, a **PREFEITURA**, relatório das atividades desenvolvidas, bem como, declaração quantitativa de atendimento mensal, assinada pelo representante da **ENTIDADE**, acompanhada da relação nominal dos atendidos;
- VII- prestar contas a **PREFEITURA**, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, os recursos repassados durante o exercício anterior, e, se for o caso, até 30 (trinta) dias do término da vigência deste instrumento, ou de suas eventuais prorrogações, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte da **PREFEITURA**;
- VIII- manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo e dos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir o acesso à informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;
- IX- assegurar a **PREFEITURA** e aos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto deste Convênio;
- X- autorizar a afixação em suas dependências, em local de fácil visualização das informações e orientações sobre os serviços prestados e da participação do Governo Federal, Estadual e Municipal nos programas cujos recursos tenham origem nas disposições deste Convênio;
- XI- Garantir a afixação de placas indicativas da participação da Administração Municipal, por intermédio da Diretoria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em lugares visíveis nos locais da execução dos Projetos, conforme modelo oficial a ser fornecido pela **PREFEITURA**, que conterà o formato de 75x60cm;
- XII- assumir o compromisso perante a **PREFEITURA**, quanto à atenção, em especial, no atendimento, aos munícipes cajamarenses;
- XIII- apresentar, mensalmente, à **PREFEITURA**, o comprovante dos recursos financeiros destinados à **ENTIDADE**.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.323/09-fls. 05

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total estimado do presente Convênio é de **R\$ 100.800,00** (cem mil e oitocentos reais), a ser pago parceladamente em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas de **R\$ 8.400,00** (oito mil e quatrocentos reais) cada, cujas despesas correrá por conta da dotação orçamentária nº _____, ficha nº _____, alocadas no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A **PREFEITURA** efetuará repasses de recursos financeiros à **ENTIDADE**, na conformidade da Lei Municipal nº _____, de ____ de _____ de 2009, e de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, observado o parágrafo 3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994.

Parágrafo Único: Os recursos serão transferidos na forma de repasses mensais mediante a aprovação da aplicação dos recursos financeiros anteriormente recebidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Convênio é de 12 (doze) meses, compreendido o período de ____ de ____ de ____ a ____ de ____ de _____, podendo ser prorrogado por igual período, a critério das partes, mediante termo aditivo, observado o limite legal de 5 (cinco) anos, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações, após aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Cajamar, mediante a apresentação de novo Projeto/Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **ENTIDADE** prestará contas à **PREFEITURA**, mediante apresentação de comprovantes mensais, em conformidade com o relatório consolidado de dados quantitativos dos atendimentos mensais.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Cajamar.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.323/09-fls. 06

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO

A **ENTIDADE** compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pela **PREFEITURA**, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- I - Inexecução do objeto deste Convênio;
- II - Não apresentação do comprovante mensal em conformidade com o número de atendidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer dos partícipes, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a hipótese de rescisão por descumprimento de suas cláusulas ou por infração legal. Em qualquer caso, responderá cada partícipe pelas obrigações assumidas, até a data do rompimento do acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio poderá ser aditado, por acordo entre os partícipes, nos casos de acréscimo do número de atendidos, bem como, para prorrogação do prazo de vigência ou suplementação de seu valor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia deste Convênio fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa Oficial do Estado, após a data de sua assinatura, contendo os seguintes elementos:

- I – espécie, número do instrumento, nome e CNPJ/CPF dos partícipes e dos signatários;
- II – resumo do objeto;
- III – crédito pelo qual ocorrerá a despesa e número, data e valor da Nota de Empenho;
- IV – prazo de vigência e data de assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Em caso de prorrogação deste Convênio o valor de que trata a cláusula quarta poderá ser reajustado, após 12 (doze) meses, seguindo-se o IPCA/IBGE ou outro índice oficial do Governo que vier a substituí-lo.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 1.323/09-fls. 07

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro Distrital de Cajamar, Comarca de Jundiaí, para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Convênio.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura do Município de Cajamar, _____ de _____ de 2009.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
DANIEL FERREIRA DA FONSECA
PREFEITO MUNICIPAL**

**APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAJAMAR
LUIZ OSVALTER TOMAZIN
Presidente**

TESTEMUNHAS:

1 - _____
RG nº
CPF nº

2 - _____
RG nº
CPF nº